

Jair Meneguelli, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores: "A explosão de greves em todo o País, a partir de agora, será uma reação natural do trabalhador, que mais uma vez está sendo prejudicado. O próprio governo, já prevendo que as novas medidas empurrariam o trabalhador para as greves, anunciou a nova Lei de Greve, que cria instrumentos para reprimir os movimentos grevistas. O governo não teve coragem de discutir as mudanças com os trabalhadores, e, como fazia a ditadura, recorreu ao decreto-lei".



## Unhas cravadas na classe média

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro: "Estão cravando as unhas na classe média. E nos grandes empresários? Este novo pacote só vai agravar os danos do primeiro pacote contra as classes mais pobres. O povo vai sentir, no seu dia-a-dia, na sua casa, frente às suas necessidades, às suas aspirações, estas restrições, estes sacrifícios que o governo federal está impondo a todos sem ouvir ninguém e sem estar credenciado para isso".

## Um empréstimo inconstitucional

Oswaldo de Moraes, especialista em Direito Tributário: "O empréstimo compulsório instituído no dia 23 é inconstitucional. Ele somente poderia ser exigido não neste exercício mas sim no próximo exercício de 1987. O empréstimo sobre a gasolina é o álcool contraria a Constituição porque o seu resgate tem por parâmetro o valor do consumo médio, verificado por ato da Secretaria da Receita Federal; e o empréstimo sobre compra de veículos contraria porque tem por parâmetro a pauta de valores de veículos usados, também fixada pela Receita. Tais valores só poderiam ser fixados por lei".

## É de se esperar um aumento nos preços

Carlos Falkenberg, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais: "O empréstimo compulsório aumentará o custo efetivo da gasolina e do álcool, aumento esse que deverá ser transmitido a toda a economia. Entretanto, esse impacto não deverá ser registrado pelo IPC. Uma conta rápida pode mostrar a dimensão do problema. O preço da gasolina e do álcool será elevado em 28%. Como esse item gera cerca de 0,5% na inflação, por seus efeitos diretos, é de se esperar um crescimento de 1,4% nos preços".

## Solução Simplista Para a Gula Estatal

Samuel Schubert, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas: "As medidas do pacote representaram uma solução simplista para financiar a gula da máquina estatal. Pelo fato de o governo sentir-se forte para tomar medidas desse peso e de consequências ainda não bem definidas, podemos ser vistos como uma sociedade fraca que não conseguiu agir com a pressão devida para fazer a necessária redução do déficit público".

## Um Perigoso Precedente

João Carlos Paes Mendonça, presidente da Associação Brasileira do Supermercado: "Hoje é o automóvel, a gasolina, a viagem, o dólar. E amanhã? Este é um precedente perigoso. Com o compulsório, o governo tirou recursos de quem poderia geri-los para ele próprio arcar com esta tarefa. Agora, resta saber se as pessoas estão dispostas a abrir mão deste direito de administrar seus recursos. Enquanto os problemas do déficit público, da agilidade da máquina administrativa e da seletividade de investimento não estiverem resolvidos, os objetivos não alcançarão o nível desejado".



## Benefícios ao povo brasileiro

Franco Montoro, governador de São Paulo: "O pacote não tem caráter recessivo e demonstra o esforço que o governo está fazendo para adaptar as medidas à realidade. O pacote anti-inflação não pediu sacrifícios. Trouxe benefícios incontestáveis ao povo brasileiro, representados pelo fim da inflação e por uma economia em que os preços das mercadorias não aumentam todos os dias".

## O Brasil, em uma encruzilhada

Ronaldo Costa Couto, ministro do Interior: "O Brasil está diante de uma encruzilhada histórica: ou segue a rota da mediocridade e do subdesenvolvimento, ou construímos um país à base de sacrifícios. As medidas vêm pôr um fim aos desníveis regionais, pois o governo resgatou a dívida social sem recorrer aos tradicionais instrumentos de arrocho salarial, emissão de moeda e colocação de títulos da dívida pública ou empréstimos externos".

## Reflexos negativos sobre fluxo turístico

João Dória Júnior, presidente da Empresa Brasileira de Turismo: "A taxa de 25% sobre os dólares comprados para a viagem ao Exterior poderá causar um reflexo negativo no fluxo do turismo estrangeiro para o Brasil, como o ocorreu em 1976, quando o Brasil sofreu um grande boicote por parte de alguns países inconformados com o empréstimo compulsório que atingiu os viajantes. Defendi a criação do dólar-turismo, que acabaria com a especulação, na medida em que mantém todas as operações de câmbio sob controle do governo".

## Transparência na aplicação de recursos

Karlos Rischbieter, ex-ministro da Fazenda: "É melhor discutir crescimento do que recessão. A concepção do Plano de Metas me agrada muito e se houver erros na captação dá para corrigir. Era preciso assegurar recursos para sustentar o crescimento econômico e ao mesmo tempo estava difícil conter a fome de consumo do brasileiro, depois de todos esses anos de recessão. É preciso, porém, assegurar transparência na aplicação dos recursos, que devem ficar sob controle direto da Presidência da República".



## Um verdadeiro "rapa" na sociedade

Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo: "O presidente Sarney, que havia prometido, como Tancredo Neves, não governar com decretos-leis, não fica constrangido em lançar mão deles toda vez que precisa cobrir o rombo das despesas públicas. Ao invés de estudar um plano de austeridade dentro de casa, com cortes drásticos, eliminando os setores ineficientes, o governo, ao contrário, faz um verdadeiro rapa na sociedade, levando os contribuintes a arcar com os desmandos de uma administração incapaz".

## A Recessão Seria Pior

Miguel Colassuono, presidente da Ordem de Economistas de São Paulo: "O governo perdeu, mais uma vez, a oportunidade de demonstrar qual o sacrifício de redução de gastos que ele mesmo está disposto a fazer para dar a sua contribuição ao plano. Errou também ao taxar as viagens ao exterior, medida antipática e inócua, como o depósito compulsório já provou ser no passado. Com relação aos combustíveis, temos de ser realistas: a medida não é agradável, mas a recessão seria pior".

## Um Plano Nacional de Estatização

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa Mercantil & Futuros: "Este governo pelo menos é honesto. Divulga um Plano Nacional de Estatização, que prefere chamar de Plano Nacional de Desenvolvimento. Os governos anteriores estatizaram sem divulgar o plano. O fundo constituído pelo empréstimo compulsório servirá para financiar o déficit público e para empresas estatais escoarem suas ações e debêntures. É um fundo descompromissado com rentabilidade e pode absorver qualquer coisa".

## A Efetivação de um Compromisso

Abram Szajman, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo: "O Plano de Metas representa a efetivação de um compromisso do governo da Nova República e a definição dos horizontes das iniciativas empresariais. Ele é, antes de tudo, lógico. Quando muitos esperavam um pacote de medidas conjunturais para conter a demanda, o governo mostrou que não está preocupado com este fenômeno, já em processo natural de ajuste. Ao invés disso, lançou as bases de um programa de investimentos para dotar o País da necessária infraestrutura para suportar seu crescimento".



ria. Ele é, antes de tudo, lógico. Quando muitos esperavam um pacote de medidas conjunturais para conter a demanda, o governo mostrou que não está preocupado com este fenômeno, já em processo natural de ajuste. Ao invés disso, lançou as bases de um programa de investimentos para dotar o País da necessária infraestrutura para suportar seu crescimento".

## Dólar deve cair no paralelo

Fernando Carramaschi, presidente da Associação Nacional dos Corretoras de Valores: "Um aspecto importante desse pacote é o restabelecimento dos juros reais para as aplicações financeiras. Temos três instrumentos que indicam claramente esse interesse do governo em melhorar o rendimento dos investimentos para combater a demanda de bens e serviços: a redução do imposto para CDBs acima de 60 dias; a criação da caderneta de poupança com remuneração variável; e a proposta de criação de um fundo mútuo de investimento ao portador. Com isso, o dólar deve cair no paralelo".

## Nenhuma novidade para as Bolsas

Eduardo Alfredo Levy Júnior, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo: "Não foi enfrentada a causa central do desajuste econômico, o déficit público. O pacote ficou na periferia e limitou-se ao casuísmo. Para as bolsas de valores não houve novidade e o mercado será muito pouco afetado. Mesmo a possível criação do fundo para operar com recursos externos não deve gerar expectativas falsas porque sua implantação será lenta, a conquista de credibilidade junto aos investidores externos é demorada".

## Dar a quem consome menos

Américo Osvaldo Campiglia, presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento: "No plano social, o que se propõe é tirar de quem consome mais para dar a quem consome menos. O Estado é, em certos aspectos, o maior dentre os consumidores quando provê o necessário para a cobertura do déficit público e das estatais. Esperamos que grande parte dos recursos não seja destinada a esse fim, o que só será evitado se for feita a reforma administrativa e disciplinadas as finanças da União".

## Incompleto sem O Segundo Tempo

José Carlos Moraes de Abreu, presidente do Banco Itaú: "No conjunto, essas medidas poderão significar volumosa transferência de recursos para o setor público. A parte da arrecadação está montada. Falta montar agora a disciplina dos gastos. Se não for complementado com a reforma administrativa e definidos os cortes nos gastos do governo, esse pacote terá pouco efeito. Sem o segundo tempo, esse será um pacote incompleto".

## Medidas Antipáticas mas Indispensáveis

Jânio Quadros, prefeito de São Paulo: "As medidas podem não ser simpáticas, mas me parecem absolutamente indispensáveis. Acredito que o governo federal ainda deverá fazer novas revisões no plano no sentido de complementar a legislação de natureza econômica adotada com a instauração do cruzado e o combate à inflação. O subsídio não é a melhor solução, pois o governo perde dinheiro, compromete e desmoraliza o poder público".

## Um Pacote Oportuno Correto e Corajoso

Paulo Renato Costa Souza, reitor da Universidade de Campinas: "O novo pacote econômico é oportuno, correto e corajoso. O setor público estava impossibilitado de fazer novos investimentos, enquanto, por outro lado, registrava-se um superaquecimento do consumo em setores estratégicos. Com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, fica viabilizado o investimento do setor público, mantendo a economia em crescimento e resfriando o consumo em segmentos de classes médias e altas".

## Solução melhor do que aumento

Ênio Rodrigues, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro: "O empréstimo compulsório para a captação de recursos necessários ao desenvolvimento de grandes projetos nacionais, apesar de não ser a forma ideal, é melhor do que a solução via aumento da tributação. O empréstimo é um método transitório de aumento da receita, ao contrário do imposto, que é permanente".